

---

# GESTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA: de JK ao Governo Figueiredo

## THE FORMULATION OF BRAZIL'S NATIONAL INFORMATICS POLICY: FROM JK TO FIGUEIREDO'S GOVERNMENT

Paulo de Martino JANNUZZI\*

### ABSTRACT

The present article presents a historical summary of the national effort to formulate an informatic industry policy during the last 3 decades, showing its vinculation with the national development goals and bringing out the importance of the governmental agencies on the process. The origins of process of formulation of this policy goes back to the 60's when the military importance of technological domain of computer architecture became clear. On the 70's, specially after II PND ( 2nd National Development Plan), federal government perceived the strategical value of informatic industry to the National Prosperity, as much for international trade and for the technological improvement of Brazil's manufacturies. Besides the bureaucracy and authoritarianism of the agencies responsible to conduct the process, the national effort to formulate a informatic policy allowed the qualification of considerable number of technicians and the development of a national knowhow that puts Brazil in a distint position in some international markets of hardware and software.

**KEY WORDS:** National Informatics Policy; Brazil; Technological Development; Informatics.

### RESUMO

O presente artigo apresenta uma síntese histórica do processo de formulação da Política Nacional de Informática nas últimas 3 décadas, mostrando sua vinculação com os objetivos nacionais de desenvolvimento e resgatando o papel das agências governamentais no processo de desenvolvimento da Informática Brasileira. Originado a partir de motivações estratégico-militares nos anos 60, o processo de formulação de uma Política Nacional de Informática passou a receber menção substantiva dentro da estratégia nacional de desenvolvimento apenas a partir do II PND (1974/79). A partir de então, a informática passou a ser assimilada como um recurso estratégico para viabilizar a Prosperidade Nacional, como fonte de divisas geradas pela substituição das importações e pela exportação de componentes aqui produzidos, e como insumo para a atualização tecnológica do parque industrial brasileiro, a fim de mantê-lo em níveis de competitividade com o mercado produtor internacional. Em que pese os vieses autoritários e excessos regulamentatórios das agências encarregadas da formulação da política e gerenciamento dos programas de desenvolvimento tecnológico, a PNI permitiu a formação de quadros técnicos de alta qualificação e a acumulação de uma massa crítica que coloca, hoje, o Brasil em condições de competitividade internacional em vários nichos de mercado de equipamentos e software.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Nacional de Informática; Brasil; Desenvolvimento tecnológico; Informática.

---

(\*) Professor FCECA/PUCCAMP, Mestre em Administração Pública na EAESP/FGV.

## 1. INTRODUÇÃO

Os porta-vozes do ideário neoliberal, que transitam com invejável desenvoltura até nos círculos acadêmicos, têm se ocupado em propagar que a experiência de Planejamento Governamental no Brasil e na América Latina é a grande responsável pelo atraso em que se encontram nossas sociedades. No entendimento deles, tivesse o Mercado a liberdade irrestrita para agir conforme sua "mão invisível" melhor julgasse, o quadro social e econômico seria muito diferente, e melhor!

Não nos ocuparemos em rebater as simplificações e falta de visão histórica do processo de desenvolvimento que tais porta-vozes manifestam. Tavares (1988) já demonstrou, de modo brilhante, a incoerência e inconsistência deste discurso. Nossa contribuição é, neste sentido, mais pontual.

Especificamente, nosso objetivo neste artigo é o de apresentar uma síntese histórica do processo de formulação da Política Nacional de Informática nas últimas 3 décadas, mostrar sua vinculação com os objetivos nacionais de desenvolvimento e resgatar o papel das agências governamentais no processo de desenvolvimento da Informática Brasileira. Ocupamo-nos, neste momento, de uma descrição do processo e não de um balanço dos aspectos positivos e negativos da PNI. Isso vem sendo encaminhado por diversos autores, e demanda um texto específico. Mas, em última instância, o que se procura mostrar é que, em que pese o viés tecnocrático que marcou o processo de formulação desta política - assim como todas as outras nos governos militares -, o legado proporcionado para a Informática Brasileira é muito superior àquilo que teria sido possível se as "forças do mercado" tivessem agido livremente no período.

## 2. ANTECEDENTES DA PNI

Embora o setor de informática tenha recebido menção substantiva dentro da estratégia nacional de desenvolvimento apenas a partir do II PND (1974/79), as origens do processo de formulação de uma política nacional para a área datam de meados dos anos 60, quando começa haver um reconhecimento, por parte do governo, da importância estratégica do desenvolvimento tecnológico nacional.

Durante o período que se estende de 1950 até boa parte da década de 70, a política nacional de desenvolvimento econômico se pautou na expansão dos investimentos em infra-estrutura de transportes e energia (prin-

cipalmente energia elétrica e petróleo). Os documentos oficiais deste largo período, que compreende vários governos diferentes, ressaltam, em seus diagnósticos, a necessidade destes fatores para viabilizar o crescimento industrial do país, e por conseguinte, elevar a renda nacional e o padrão de bem-estar da população.

A importância da tecnologia como fator dinâmico da produção ainda não era plenamente reconhecida ou pelo menos não figurava em posição de destaque. No Plano de Metas de JK, o que havia de referência à política tecnológica nacional era uma ressalva para a necessidade de expandir a oferta de energia através de usinas nucleares. Essa preocupação foi preservada nos planos subsequentes.

No curto governo de João Goulart, já parece haver um reconhecimento explícito da questão tecnológica, embora o provimento de energia elétrica ainda se constituísse no principal fator para aumento da produtividade. No Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para o período de 1963 a 1965, figurava um diagnóstico de que a composição dos investimentos (em equipamentos ou em construções) variara na década anterior. E acrescentava:

*"Em primeiro lugar, comprova-se o processo de tecnificação, pela ascendência dos equipamentos em geral. Em segundo lugar, o início da mecanização agrícola, que seguramente tenderá a intensificar-se. Em terceiro, o aumento relativo da oferta de energia elétrica, que permite a substituição de formas menos eficientes de energia e o aumento geral da produtividade do trabalho."*[pag.50]

O PAEG, retratando o direcionamento "laissez-faire" de seus idealizadores, não contemplou a questão tecnológica na órbita do planejamento federal. Os interesses estratégico-militares de preservar a integridade, unidade e soberania nacionais, somados a necessidade de expandir a fronteira do desenvolvimento econômico levam a incorporação das Telecomunicações na estratégia nacional de crescimento.

A partir de 1968, a questão tecnológica passa a ter posição de destaque nos planos governamentais. No documento-síntese do Programa Estratégico de Desenvolvimento há um capítulo exclusivo para o tema ("O Progresso Tecnológico") onde se diagnostica que "Será difícil encontrar experiência de algum país em que o crescimento rápido e auto-sustentado não tenha sido apoiado por um processo interno de desenvolvimento tecnológico..."[pag.121]. O debate sobre o progresso tecnológico, que nos meios universitários já vinha desde

os anos 50, tem seu conteúdo incorporado na esfera do governo federal. O progresso tecnológico passa a ser entendido em três dimensões mais amplas:

- do ponto de vista do desenvolvimento industrial, passa a ser encarado como um fator de produção tão necessário quanto o capital e trabalho;

- do ponto de vista estratégico, passa a ser cada vez mais importante a capacitação tecnológica nacional, a fim de assegurar a soberania nacional;

- do ponto de vista conceitual, passa a ser entendido não apenas como novos equipamentos, novos insumos ou novos métodos de produção e mas também novas e melhores formas de organização (tecnologia administrativa).

A informática, dentro deste contexto, ainda não adquirira dinâmica e importância próprias dentro do "Progresso Tecnológico". No Governo Costa e Silva, a questão da informática vinha no bojo do Subprograma de "Modernização das Indústrias Eletrônicas, de Navios, Aeronaves e Infra-estrutura de apoio", coordenado pela Marinha de Guerra. Rodrigues [1984b:16] coloca que nesta época "... a Marinha se dá conta de que, para manter em funcionamento navios modernos, precisaria de uma aparelhagem eletrônica que não tínhamos capacidade nem de produzir nem para manter." Formava-se, assim, a consciência nas Forças Armadas de que a produção local de componentes eletrônicos (primeiro passo para a indústria nacional de informática) era fundamental para garantir a independência e a soberania nacional.

A motivação estratégico-militar para criação da indústria de computadores não foi uma especificidade brasileira, não foi uma distorção engendrada pela "doutrina de segurança nacional" dos protagonistas do movimento de 64. A própria origem dos computadores na década de 40 nos EUA foi "fruto das necessidades geradas pelas Forças Armadas norte-americanas durante a II Guerra Mundial." [Cobra 1988]. O que existiu de específico foi o atraso em reconhecer a importância deste ramo industrial, que desde os anos 50, no Japão, e desde os anos 60 na França e Inglaterra, já recebia pesados investimentos governamentais.

### 3. INÍCIO DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DA PNI

A partir dos anos 70, a informática começa a ser colocada como um tema destacado nas referências

governamentais sobre política tecnológica e industrial. O início é tímido, mas adquire grande relevância em menos de 5 anos.

A timidez do início deriva da origem subordinada da área às diretrizes dos programas estratégicos da Marinha. Mas já nos primeiros anos da década de 1970, o Ministério de Planejamento passa a reconhecer a importância do setor tecnológico da informática para a Estratégia de Desenvolvimento Econômico. Assim tanto no documento "Metas e Bases para a Ação de Governo", que definiu as diretrizes da atuação do Governo Médici nos dois primeiros anos, como I PND (1972/74), a indústria Eletrônica recebeu menção como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, ao lado da pesquisa espacial e energia nuclear. Ao menos, como item programático, a informática deixava de ser apenas uma preocupação da Marinha.

Em 1971, por iniciativa da Marinha, que queria uma solução rápida para a produção nacional de componentes eletrônicos para suas fragatas, e apoio da SEPLAN, que ansiava por uma oportunidade de financiar o desenvolvimento de tecnologia de ponta, foi criado o GTE, Grupo Especial de Trabalho, com o objetivo de promover o projeto, desenvolvimento e construção de protótipos de computadores eletrônicos para aplicação naval. As medidas concretas não tardaram a aparecer, e através dos recursos liberados pelo BNDE, O GTE assinou contrato com a USP em 1972, para desenvolvimento de um microcomputador em dois anos, e estabeleceu convênio com a PUC-RJ, para desenvolvimento de software.

As divergências entre a Marinha, coordenadora do GTE, e os técnicos da SEPLAN e BNDE, viabilizadores dos recursos financeiros, surgiram tão logo se iniciaram os contatos com grupos multinacionais estrangeiros para formação de uma joint-venture nacional. A Marinha defendia a associação com uma companhia inglesa, Ferranti, que já fornecia equipamentos para modernização da esquadra. A SEPLAN e BNDE achavam que o mais adequado seria a fabricação de computadores de uso geral - que a Ferranti não tinha - para viabilizar a sustentação financeira da empresa emergente. Havia um grande mercado potencial para absorção de computadores no Brasil, que nas projeções do Ministro Reis Velloso teria "crescimento anual da ordem de 30%" [Rodrigues 1984, pag.30]. Julgavam, assim, que a união com a Fujitsu seria mais vantajosa.

Os embates se intensificaram no interior do GTE, até que em 1974, criou-se a Cobra - Computadores e Sistemas Brasileiros S.A., com participação acionária do BNDE, a Ferranti inglesa e a empresa privada nacional

Equipamentos Eletrônicos (E.E.), com o objetivo de fabricar o computador Argus 700, um equipamento de uso em controle de processos industriais. O que pode ter aparecido uma vitória da Marinha, logo se transformou em malogro, quando já em 1975, a Cobra se viu em dificuldades de comercializar o seu produto. A Marinha perdia, com este desenlace, papel preponderante no direcionamento da política industrial de informática.

No documento "Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1973/74" a desvinculação da política de desenvolvimento industrial da informática dos programas da Marinha já parece mais nítida. A indústria de minicomputadores é um projeto prioritário dentro do Programa Especial de Tecnologia Industrial, e sua "produção está projetada inicialmente para atender ao mercado interno, mas existem boas perspectivas de exportação". [pag.61]. O enfoque é claramente diferente: a informática não é apenas mais um instrumento estratégico ou mais um fator de produção para a economia, mas um bem para capitalização de divisas.

Mas o enfraquecimento da Marinha, e o conseqüente ocaso do GTE, na definição dos rumos da informática deve-se também, e talvez com maior intensidade, às iniciativas institucionais da SEPLAN na regulação do setor. Crescia no interior do governo, o reconhecimento do impacto social e econômico trazido pelo uso dos computadores. Nos dizeres do próprio Ministro do Planejamento, as projeções de expansão do mercado mundial e no Brasil "indicam a necessidade de uma planificação que estabeleça as diretrizes e metas para o setor, no contexto nacional..." [Rodrigues 1984, pag.30].

Já em 1972, o Ministro Reis Velloso conseguia a aprovação presidencial para criação da CAPRE, Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, com objetivo de racionalizar o uso de computadores na administração pública federal, levantar o parque computacional instalado no Brasil, opinar sobre novas aquisições, coordenar programas de treinamento na área e propor medidas para formulação de uma política de financiamento governamental para a atividade de processamento de dados.

A Capre tinha uma composição mais pluralista que o GTE, compreendendo representantes da SEPLAN (presidente), do EMFA, do Ministério da Fazenda, do BNDE, do SERPRO e IBGE.

Com tais atribuições, e dotada de representatividade ministerial e poder político (conferido pela SEPLAN), a

Capre começa a reunir condições institucionais para formulação de uma política setorial na área de informática.

#### 4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO

Isto é o que de fato ocorre durante o Governo Geisel. Embora se chegue ao final do mandato sem um documento sistematizado em forma de Lei Nacional, muitas iniciativas institucionais foram tomadas, delineando a política oficial no setor de informática. Neste período a Capre torna-se um órgão permanente de reflexão e ação sobre o tema.

Quando da elaboração do II PND, havia, nos meios acadêmicos, nas Forças Armadas e na própria tecnocracia federal, um relativo consenso de que o domínio nacional da tecnologia de componentes eletrônicos só se efetivaria com a criação de empresas de capital predominantemente brasileiro. Esta constatação está espelhada no II PND, no capítulo sobre Estratégia Industrial e Agropecuária, nos seguintes termos:

*".. será implantada a indústria e transferida efetivamente a tecnologia, no campo da eletrônica digital. Isso se fará pela implantação da indústria brasileira de minicomputadores, sob controle de capital nacional, pela fabricação de processadores de centrais eletrônicas de comutação, na área de telecomunicações, e pela implantação de sólida indústria nacional de componentes eletrônicos sofisticados, como os circuitos integrados."* [pag. 40]

Fica assim estabelecido a opção estratégica de constituir um modelo nacionalista no campo da informática, iniciando pelo fabrico de minicomputadores. Nas outras áreas, em função do reconhecimento das limitações para atacá-las simultaneamente, não fica explícito a necessidade de domínio nacional do capital. Enfatiza-se a produção local, mas não necessariamente a empresa de capital majoritário brasileiro. Este é o caso dos computadores de grande porte, montados pela IBM e Bourroughs no país, que se enquadravam, dentro da Estratégia Industrial, como fonte de divisas de exportações (como já vinha ocorrendo na época).

De qualquer forma, a posição oficial sobre a necessidade de controle de capital das indústrias de minicomputadores representa um avanço em relação a disposição anterior, consubstanciada no PBDCT. Neste documento propugnava-se a associação do Governo, com fabricante nacional e fabricante estrangeiro, para a

produção de microcomputadores, sem referência à composição do capital.

Esse posicionamento nacionalista no II PND teria, como se viu depois, influência decisiva na política que se delineava para o setor de informática. Assim, em 1975, em uma decisão sem precedentes, a CACEX "delegou à Capre competência para analisar e autorizar todos os pedidos de importação de equipamentos de processamento de dados e partes e peças para fabricação de produtos de Informática." [Brízida 1983, pag. 8]. É bem verdade que havia uma motivação de ordem econômica para o controle das importações, que era a de garantir o equilíbrio do balanço de pagamentos, afetado seriamente pelo primeiro choque do petróleo. Mas como infere Rodrigues [1984, pag.27-28], o equilíbrio das contas era uma justificativa econômica, para impor uma medida de cunho nitidamente político, de forçar a nacionalização dos componentes usados nos computadores aqui montados.

Em 1976, acentuando o caráter intervencionista que o Governo vinha assumindo no mercado de informática, há uma reestruturação da Capre, que passa a ter um Conselho Deliberativo com poderes para formular uma Política Nacional de Informática. A Capre, de órgão regulador interno da informática na Administração Pública Federal, e de controle das importações na área (a partir de 1975), passa a ter poder político para fazer recomendações e baixar resoluções normativas válidas fora do âmbito interno do Governo.

A primeira resolução do Conselho da Capre foi recomendar o estabelecimento da reserva de mercado para a faixa dos minis, microcomputadores, periféricos e terminais, sob a oposição veemente das multinacionais aqui instaladas. Mas a Capre não fazia mais do que expressar a vontade política dominante no Governo. Um ano depois a Capre convidava empresas nacionais a apresentarem projetos de fabricação de minicomputadores, e liberar recursos para as selecionadas.

Além destas medidas concretas da Capre, as resoluções baixadas, em janeiro de 77, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico constituíram o embrião para sistematização das diretrizes de uma Política Nacional de Informática. A contribuição do CDE foi de estabelecer critérios para o estabelecimento de projetos na área de computação, quais sejam:

*"1 - Prioridade às empresas que estivessem dispostas a desenvolver ou usar tecnologia nacional para conceber e fabricar seus produtos.*

*2 - Prioridade às empresas que não possuíssem vínculos permanentes com fornecedores externos...*

*3 - O controle do capital teria que ser nacional.*

*4 - Evitar-se-ia a formação de monopólios ou o domínio do mercado por algumas empresas.*

*5 - Prioridades às empresas que apresentassem perspectivas mais favoráveis ao país, no que se refere à balança comercial."*[Cobra 1988]

## 5. A POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA COMO LEI

Com o Governo Figueiredo, e a emergência de novos agentes no cenário, tem início um processo de "fritura" da Capre. De um lado, as multinacionais e seus asseclas, brandindo o conhecido discurso da excessiva intromissão do Estado, da ineficácia macroeconômica da reserva de mercado e outras balelas mais (como se nos seus países de origem o Estado não as tivessem garantido proteção frente a concorrência externa). Do outro lado, o SNI, o Conselho de Segurança Nacional (CSN), CNPq e Ministério das Relações Exteriores (MRE), criticando o que consideravam (imaginem só!) "a excessiva liberdade da Capre em relação às multinacionais" [Rodrigues 1984, pag.47].

Na verdade tratava-se de uma disputa de poder dentro do próprio governo, para ver quem distribuía as cartas do baralho da informática. Se a "comunidade de informações" fizera o Presidente da República, porque não haveria de querer influenciar esta área estratégica para a soberania nacional. A Capre havia adquirido, ao longo dos anos, uma certa independência, e contava, aos olhos do SNI, com excessiva participação da sociedade civil, que poderia desvirtuar-lhe os caminhos.

O relatório da comissão do CNPq/SNI/MRE, encarregada, no início do governo, de fazer um diagnóstico setorial da informática e propor diretrizes para a PNI, legitimava tecnicamente as críticas à Capre. Constava no relatório que a Capre não possuía os instrumentos de ação necessários a uma atuação mais abrangente e integrada, e que portanto, dada a relevância do assunto, era necessário a criação de uma secretaria ou comissão de informática junto à Presidência da República.

Os resultados desta pressão logo viriam a se manifestar. Um decreto presidencial, datado de outubro de 1979, criava a SEI, Secretaria Especial de Informática, com o objetivo de "assessorar na formulação da Política Nacional de Informações e coordenar sua execução,

como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão e fiscalização, tendo em vista especialmente o desenvolvimento científico e tecnológico do setor"[DOU de 09/10/79]. O centro das articulações da PNI passava agora da Capre, para a SEI.

O curioso em todo esse processo, é que informática não recebeu tratamento proporcional a sua aparente importância dentro do Governo, no documento que descreve o III PND. Talvez isso decorra da própria inversão de prioridades no processo de planejamento na época. Os PNDs anteriores destacam, nos seus capítulos, as Estratégias Nacionais nos vários setores da economia e da sociedade, expondo as diretrizes que devem nortear a ação governamental (em suas macro-políticas) a médio e longo prazos. O III PND, ao contrário, ressalta os mecanismos de política macroeconômica, para combater à inflação e equilíbrio da balança de pagamentos. As políticas setoriais ganham pouca importância e ficam condicionadas aos sucessos da política anti-inflacionária.

O conteúdo programático das políticas setoriais é visivelmente esvaziado. O termo "informática" ou "eletrônica" não são nem mesmo referenciados no texto, mas englobados implicitamente dentro das diretrizes para o item "Ciência e Tecnologia", do capítulo "Outras Políticas Governamentais" (a pobreza do documento se revela até mesmo pelos títulos e forma de organizar os assuntos temáticos). A julgar pelo tratamento conferido à informática no plano, a preocupação governamental estava retrocedendo aos tempos do PAEG. Felizmente, a PNI transitava por canais competentes e comprometidos com o longo prazo.

O estilo autoritário que marcou o período inicial da SEI foi sendo, gradativamente, abrandado com a inclusão da comunidade acadêmica e empresarial (nacional), nos anos 80, na discussão sobre a PNI. Afinal, começava-se a respirar os ares menos tensos da abertura "lenta e gradual" iniciada no Governo Geisel.

O processo de formulação da PNI na SEI culminou com o seu envio, como projeto de lei do Governo Federal, ao Congresso Nacional em 1984. Formou-se uma comissão de parlamentares para exame e discussão do assunto com professores, empresários, cientistas e autoridades. Votada, recebeu alguns vetos, sendo finalmente sancionada a 24 de outubro de 1984.

Segundo a Lei (n.7.232/84), a Política Nacional de Informática tem por "objetivo a capacitação nacional nas atividades de informática, em proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira..." [Brasil-PR-SEI

1987, pag.7]. Para que este objetivo seja alcançado, ela assegura ao Estado o poder de intervir no mercado para proteger a produção nacional de "determinadas classes e espécies de bens e serviços". É assegurado também ao Poder Executivo, o controle das importações por oito anos, a contar da publicação da lei, e o direito de adotar "restrições de natureza transitória em relação à produção, operação, comercialização e importação de bens e serviços técnicos de informática"[Cobra 1988, pag. 23].

Do ponto de vista institucional, a lei criou, vinculado diretamente ao Presidente da República, o Conin, Conselho Nacional de Informática e Automação, formado por representantes de diversos ministérios e oito representantes de entidades não governamentais ligadas à área. Ao Conin cabe, além de assessorar o Governo na formulação da PNI, propor um Plano Nacional de Informática e Automação - Planin, a cada três anos. O aparato institucional se complementa com a SEI, que passa a ser a secretaria executiva do Conin, e o CTI- Centro Tecnológico para Informática, cuja a finalidade é incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica nas atividades de informática, através de convênios com universidades e empresas nacionais.

Como se vê, a lei veio consubstanciar as principais idéias e proposições que surgiram nos vários governos militares, por intermédio do GTE, Capre e SEI. Foi um percurso longo, de quase 20 anos, para que os objetivos de produzir localmente componentes eletrônicos para Marinha se transformassem em uma Política Nacional.

## 6. A PNI E SUA VINCULAÇÃO AOS OBJETIVOS NACIONAIS

A autodeterminação, a integração e a prosperidade nacional são, na ideologia geo-política de Silva [1981:251-252], os objetivos permanentes básicos de uma nação, isto é, os requisitos indispensáveis a sobrevivência de um "grupo nacional". Seriam estes valores, disseminados em maior ou menor grau, que teriam levado os povos a se constituírem em Estados-Nação, e a buscarem o progresso material. É por esta razão que o autor coloca estes valores nacionais básicos como pontos de partida do processo de Planejamento Governamental (PG).

No Brasil, estes três ONPs (Objetivos nacionais permanentes) se fazem presentes desde as primeiras experiências de PG, nos tempos de JK, até os governos militares. Embora a ênfase na autodeterminação e integração possam ter variado, assumindo maior proe-

minência nos PNDs, a prosperidade, da nação ou do grupo dominante, foi, sem dúvida, a meta mais permanentemente visada.

Em cada governo, dadas as condições históricas e principalmente, as diretrizes políticas, a Prosperidade Nacional se cristalizou como um objetivo nacional atual (ONA) diferente, como "Crescer 50 anos em 5", no Plano de Metas de JK, ou "Crescimento com melhoria das condições de vida", no Plano Trienal de João Goulart, ou "Aceleração do crescimento com contenção da inflação", no Programa Estratégico de Desenvolvimento de Costa e Silva, ou ainda o "Crescimento econômico a taxas superiores a médias históricas", no I PND.

Em um processo de Planejamento Governamental coerente é de se esperar que as políticas setoriais na indústria, agricultura, energia ou tecnologia se enquadrem dentro deste esforço nacional de prosperidade econômica. De fato, podemos verificar uma certa coerência entre os objetivos nacionais de Prosperidade definidos em cada plano com as diretrizes traçadas no campo da tecnologia e informática, como o quadro nas páginas seguintes procura sintetizar.

De JK até o Governo de Castello Branco, o que se poderia classificar como iniciativas na área tecnológica (entendendo-se este termo em uma acepção mais ampla), foram os investimentos governamentais para expansão da capacidade geradora de energia elétrica e de petróleo, bem como a consolidação de uma ampla infra-estrutura de transportes. Estes eram os fatores que, no entender do governo, eram necessários para a aceleração do desenvolvimento econômico nacional, na medida que ofereciam atrativos e vantagens para a instalação de indústrias e multinacionais no país, além dos incentivos fiscais.

Como já citamos anteriormente, a tecnologia recebe um tratamento diferenciado a partir do Governo Costa e Silva. Passa a ser entendida como um fator de produção tão importante quanto o capital e trabalho, mas a referência específica à informática não é ainda tão magnânima. A diretriz para a área contempla a produção de componentes eletrônicos para a Marinha, revelando, portanto, uma motivação antes estratégico-militar (ligada ao ONP de autodeterminação) do que desenvolvimentista.

No I PND, a Eletrônica deixa de ser um item programático apenas das Forças Armadas, para se vincular na estratégia nacional de "colocar o Brasil na categoria das nações desenvolvidas, no espaço de uma geração". Assim, esta área, bem como a Energia Nuclear, a Pesquisa Espacial, a Química Fina e a indústria

Aeronáutica, são encaradas como prioritárias dentro da política tecnológica, a fim de que o Brasil pudesse, além de se desenvolver, garantir sua posição de destaque no cenário internacional no futuro, ao lado das potências industrializadas.

A partir de então, a informática passa a ser assimilada como mais um meio para viabilizar a Prosperidade Nacional, como fonte de divisas geradas pela substituição das importações e pela exportação de componentes aqui produzidos, e como insumo para a atualização tecnológica do parque industrial brasileiro, a fim de mantê-lo em níveis de competitividade com o mercado produtor internacional.

A vinculação da informática com a Autodeterminação Nacional não deixa de existir, no entanto. Na verdade, nos Governos Geisel e Figueiredo estes dois ONPs (Prosperidade e Autodeterminação) se mostram determinantes e presentes no processo de formulação da PNI, a julgar pela ênfase na necessidade de capacitação nacional da tecnologia envolvida na área e na dominação do capital das indústrias que estavam se formando. As medidas concretas justificavam-se tanto por um lado, como por outro. Assim, o controle das importações de componentes eletrônicos era um desdobramento operacional da política de equilíbrio da Balança de Pagamentos (para garantir a manutenção do crescimento acelerado), mas também um recurso para estimular a fabricação local destes produtos (e preservar a autonomia nacional). Um outro exemplo é o estabelecimento da reserva de mercado para mini e microcomputadores, que por um lado, visava a independência nacional com a instalação de indústria com capital e tecnologia brasileiros, e por outro, aproveitar uma grande oportunidade de crescimento auto-sustentado, usando recursos financeiros advindos das próprias vendas internas crescentes.

No Governo Figueiredo, com a extinção da Capre e sua substituição pela SEI, como órgão coordenador do processo de formulação da PNI, vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, reforça o caráter autodeterminista que o processo se revestia. A pressão das indústrias nacionais de informática e da comunidade acadêmica não deixam, no entanto, o governo perder de vista a importância da informática dentro da estratégia nacional de desenvolvimento.

Como se vê, o processo de formulação da política nacional de informática guardou uma grande coerência com os objetivos nacionais definidos nos planos de governo, sobretudo aqueles relacionados ao atingimento dos ONPs da Prosperidade e Autodeterminação Nacionais.

## Quadro sintético: a PNI e sua vinculação aos Objetivos Nacionais

### Obj. Nacional Permanente: Prosperidade nacional

Plano/Período Governo	Objetivo Nacional de Prosperidade	Estratégia na área tecnológica ou na informática
Plano de Metas 1958/1960 JK	"Crescer 50 anos em 5"	Investimentos públicos em energia/transportes
Plano Trienal 1963/1965 Goulart	"Assegurar uma tx. de crescimento da renda nacional compatível com expectativas de melhoria das condições de vida..."	Ênfase no provimento de energia e transportes
PAEG 1964/1966 Castello Branco	"Acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962/63"	Incorpora as Telecomunicações como fator para desenvolvimento
Prog. Estratégico de Desenvolvimento 1968/1970 Costa e Silva	"Aceleração do desenvolvimento econômico, simultaneamente com a contenção da inflação"	Progresso tecnológico é fator básico para desenvolvimento. Produção de componentes eletrônicos assume importância estratégico-militar
Metas e Bases para Ação de Governo 1970/1973 Médici	"Crescimento Econômico: taxa crescente, que alcance no mínimo 7 a 9% ao ano no período, e evolua para 10%."	Aceleração dos proj. tecnol. e científicos em áreas selecionadas: Pesquisa Espacial, Energia Nuclear, Eletrônica
I PND 1972/1974 Médici	"Colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas, duplicando até 1980 a renda per capita (em rel. 1969)"	Desenvolver áreas tecnológicas prioritárias: Energia Nuclear, Pesquisa Espacial, Química, Eletrônica, Aeronáutica
II PND 1975/1979 Geisel	"Manter o crescimento acelerado dos últimos anos, com taxas de expansão do emprego superiores à década passada..."	Executar projetos de ponta, tecnologias de alta sofisticação. Desenvolver no país a tecnologia da eletrônica digital, em empresa de capital nacional
III PND 1980/1985 Figueiredo	"Crescimento acelerado da renda e do emprego, concomitante ao combate à inflação"	Desenvolver e ampliar a capacidade de absorção e geração de tecnologias

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as origens do processo de formulação de uma Política Nacional para Informática e sua institucionalização em forma de Lei Nacional, transcorreram-se quase 20 anos de discussões e avanços.

Comparando-se com outras políticas nacionais, como as voltadas ao setor urbano, como habitação e transportes coletivos, a política para a informática apresentou um grau bem maior de coerência entre os diagnósticos e as medidas concretas implementadas. Talvez deva-se debitar essa coerência a uma certa unidade no diagnóstico, de objetivos e de ação entre as diversas forças representadas no governo federal.

O diagnóstico para a área não foi sempre unânime dentro do governo, mas caminhou nesta direção ao longo dos planos. Como já tivemos a oportunidade de relatar, a origem do processo de formulação da PNI está ligada ao diagnóstico estratégico-militar feito pela Marinha, motivada pelo seu programa de modernização das fragatas. Mas já a esta época, dentro da SEPLAN, se reconhecia a importância da tecnologia dentro da estratégia nacional de Desenvolvimento Econômico. E é essa última visão que vai gradativamente se consolidando dentro das outras esferas de governo, e influenciando as diretrizes para a política tecnológica nos PNDs.

Os três órgãos governamentais criados para tratar assuntos do setor de informática, GTE, Capre e SEI, tiveram papéis distintos no processo de formulação da PNI. Cada um deles cumpriu um papel de relevância dentro do que o contexto histórico e político lhes reservou.

O GTE, criado em 1971 e dissolvido em 1976, lançou as bases para estabelecimento de um programa de capacitação tecnológica e de uma indústria nacional na área. É assim que podem ser entendidas as iniciativas de apoio à USP e PUC-RJ, para produção de um minicomputador e software, e a fundação da Cobra Computadores em 1974. A sua vinculação e subordinação à Marinha, ilustrada pela sua composição interna e pelos objetivos para os quais foi criado, não permitiram que o GTE assimilasse a responsabilidade de definir diretrizes gerais para uma política nacional para o setor. Seu objetivo era mais imediatista, qual seja, a de viabilizar a produção local de componentes eletrônicos para a modernização da frota da Marinha.

Desta forma, embora tivesse assento no GTE, o Ministério do Planejamento sentiu a necessidade de criação de um novo instrumento institucional para tratar a questão da informática. Era a Capre, criada em 1972. Já desde o início, a Capre acumularia certas funções que lhe outorgariam, no Governo Geisel, papel proeminente na definição dos rumos da PNI. Pelo decreto de sua fundação, a Capre era responsável pela racionalização dos recursos computacionais da Administração Pública Federal e pelo cadastramento dos computadores existentes no Brasil, dentro e fora do governo. A estas funções seriam acrescentadas mais tarde, o controle das importações de componentes eletrônicos (1975), e a incumbência explícita de formular diretrizes para uma política nacional de informática.

Como se vê, as funções da Capre foram gradativamente ampliadas, tornando-a o fórum privilegiado para institucionalização do processo de formulação da PNI. Seu sucesso advinha não apenas de seu poder político, conferido pela SEPLAN, mas também da composição pluralista de seu corpo de dirigentes, com representantes de vários ministérios, agências governamentais, e da sociedade civil.

A SEI, que substituiu a Capre no Governo Figueiredo, preservou o caminho já delineado. Avançou na definição das diretrizes da PNI, chegando em 1984, a um projeto de lei. Encaminhado ao Congresso, recebeu poucas modificações e vetos, já que consubstanciava a vontade nacional para o setor.

O que se seguiu é assunto para outro artigo....

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Brasil-Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966, Rio de Janeiro, Fibge, 1964.
- (2) Brasil-Presidência da República; Metas e Bases para a Ação de Governo 1970/73, Rio de Janeiro, Fibge, 1970.
- (3) Brasil-Presidência da República; Plano de Metas 1958/60, Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Comércio, 1958.
- (4) Brasil-Presidência da República; Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965, Rio de Janeiro, Depto. Imprensa Nacional, 1963.

- (5) Brasil-Presidência da República; I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/74), Rio de Janeiro, Fibge, 1972.
- (6) Brasil-Presidência da República; II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975/79), Rio de Janeiro, Fibge, 1974.
- (7) Brasil-Presidência da República; III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980/85), Brasília, Seplan, 1981.
- (8) Brasil-Presidência da República; Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ((1973/74), Rio de Janeiro, Fibge, 1973.
- (9) Brasil-Presidência da República; Programa Estratégico de Desenvolvimento: Síntese 1968-1970, local ignor., mimeografado, sem data.
- (10) Brasil-Presidência da República- Sec.Especial de Informática, Boletim Informativo, vol. 7. n. 16, Brasília, SEI, 1987.
- (11) Brasil-Presidência da República- Sec. Especial de Informática, Boletim Informativo, vol. 8. n. 17, Brasília, SEI, 1988.
- (12) Brízida, Joubert de O.; "Informática: Modelo Institucional Brasileiro", Palestra apresentada na Escola Superior de Guerra, apostilada, 1983.
- (13) Cobra-Computadores e Sistemas Brasileiros; "O sentido, a história e os resultados da Política Nacional de Informática", Rio de Janeiro, Cobra, 1988.
- (14) Rodrigues, Silvia Helena [1984]; "A indústria de Computadores: Evolução das decisões governamentais", in Reflexões sobre a Informática Brasileira: uma coletânea", Rio de Janeiro, Ed. Abicomp, 1984.
- (15) Rodrigues, Silvia H. V. [1984b]; "Rastro de Cobra", local e edit. não citados, 1984.
- (16) Silva, Golbery do C.; "Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil", Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 3a. ed., 1981.
- (17) Tavares, M. C.; "O Planejamento em economias mistas", in SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO E PLANEJAMENTO: SONHOS E REALIDADE, Brasília, Cendec, 1988.